

SIMULADO 1:

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL



**DEPEN
2020**

**AGENTE
FEDERAL DE
EXECUÇÃO
PENAL**

**120 QUESTÕES ATUALIZADAS
PROPOSTA DE REDAÇÃO
GABARITO REVISADO**

**TEMPO:
04H30**

**"A PERSISTÊNCIA
É O CAMINHO
DO ÊXITO"**

POR: SIMULADOSBR



- Cada um dos itens da(s) prova(s) objetiva(s) está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na Folha de Respostas, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da(s) sua(s) prova(s) objetiva(s).
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- No(s) item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Básicos

Texto DEPEN1AAA

1 Do alto do penhasco, Roy olhou para baixo,
para o homem que desenhava na areia. A figura que começou
a surgir o impressionou. Era um rosto extraordinário,
4 não retratado de forma realista, mas de maneira que parecia
visto de vários ângulos ao mesmo tempo. Na verdade,
parecia muito um Picasso.

7 Assim que essa ideia passou por sua cabeça,
seu coração parou. Ele levou o binóculo aos olhos,
que então teve necessidade de esfregar. O homem na praia
era Picasso.

10 O pulso de Roy se acelerou. Ele passava por
aquele caminho todo dia e sabia que logo a maré ia subir
13 e lavar um Picasso original autêntico. Ele tinha de fazer algo
para salvá-lo. Mas como?

Tentar deter o mar era inútil. Também não havia
16 como fazer um molde da areia, mesmo que ele tivesse
tempo para isso, coisa que ele não tinha. Talvez conseguisse
correr até em casa para buscar sua câmera. Mas isso, no
19 máximo, preservaria um registro da obra, não o próprio quadro.
E se ele tentasse fazer isso, quando voltasse, a imagem
provavelmente já teria sido apagada pelo oceano. Talvez,
22 então, ele devesse apenas desfrutar aquela imagem particular
enquanto ela durasse. Ele ficou ali olhando, sem saber se ria
ou chorava.

Ray Bradbury. *In the season of calm weather*. Jr. Julian Baggini. *O porco filósofo*: 100 experiências de pensamento para a vida cotidiana. Trad. Edmundo Barreiros. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006, p. 45.

Acerca dos sentidos e dos aspectos gramaticais do texto precedente, julgue os seguintes itens.

1. Os sentidos originais do trecho “Tentar deter o mar era inútil” (l.15) seriam mantidos caso a forma verbal “era” fosse substituída por **seria**.

2. A narrativa aborda o espanto do personagem Roy ao avistar de sua casa, localizada à beira de uma praia, o pintor Picasso desenhando um rosto na areia.

3. A correção gramatical e os sentidos do texto seriam mantidos caso a partícula “se” (l.11) fosse suprimida.

4. O primeiro parágrafo deixa explícito que Roy havia reconhecido que o homem na areia era o pintor Picasso.

5. O vocábulo “logo” (l.12) introduz uma ideia de conclusão, razão por que poderia ser substituído por **portanto**, desde que isolado por vírgulas, sem alteração dos sentidos originais do texto.

6. O trecho “Ele tinha de fazer algo para salvá-lo. Mas como?” (l. 13 e 14) indica a preocupação de Roy em evitar que o autor do desenho na areia, isto é, o pintor Picasso, se afogasse no mar.

Texto DEPEN1BBB

1 A modernidade é um contrato. Todos nós aderimos a
ele no dia em que nascemos, e ele regula nossa vida até o dia
em que morremos. Pouquíssimos entre nós são capazes de
4 rescindi-lo ou transcendê-lo. Esse contrato configura nossa
comida, nossos empregos e nossos sonhos; ele decide onde
moramos, quem amamos e como morremos.

7 À primeira vista, a modernidade parece ser um
contrato extremamente complicado, por isso poucos tentam
compreender no que exatamente se inscreveram. É como se
10 você tivesse baixado algum *software* e ele te solicitasse assinar
um contrato com dezenas de páginas em “juridiquês”; você dá
uma olhada nele, passa imediatamente para a última página,
13 tica em “concordo” e esquece o assunto. Mas a modernidade,
de fato, é um contrato surpreendentemente simples. O contrato
interno pode ser resumido em uma única frase: humanos
16 concordam em abrir mão de significado em troca de poder.

Yuval Noah Harari. *Homo Deus*: uma breve história do amanhã. São Paulo: Companhia das Letras, 2016 (com adaptações).

Considerando as ideias, os sentidos e os aspectos linguísticos do texto precedente, julgue os itens.

7. No trecho “tica em ‘concordo” (l.13), o verbo **ticar** é sinônimo de **clicar**, mas difere deste por ser de uso informal.

8. As formas pronominais em “rescindi-lo” e “transcendê-lo”, na linha 4, referem-se, respectivamente, a “contrato” (l.1) e a “dia” (l.2).

9. O texto apresenta estratégia argumentativa que visa aproximar o leitor das ideias desenvolvidas pelo autor.

Acerca da linguagem e do formato empregados na redação de correspondências oficiais, julgue o item a seguir.

10. O ofício é correspondência destinada a tratar de assuntos oficiais pelos órgãos ou entidades da administração pública entre si ou com cidadãos em geral.

A respeito de moral, ética e valores, julgue os itens que se seguem.

11. Os valores éticos possuem origem na natureza e são independentes da cultura social.

12. Servidor público que se apresenta habitualmente embriagado no serviço ou até mesmo fora dele poderá ser submetido à Comissão de Ética, a qual poderá aplicar-lhe a pena de censura.

Considerando as disposições acerca do acordo de leniência estabelecidas na Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), julgue os próximos itens.

13. Celebrado o acordo de leniência, fica suspenso o prazo prescricional dos atos ilícitos previstos na referida lei.

14. A celebração do acordo de leniência exige a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente dano causado.

Os operadores dos guindastes do Porto de Itaqui são todos igualmente eficientes. Em um único dia, seis desses operadores, cada um deles trabalhando durante 8 horas, carregam 12 navios. Com referência a esses operadores, julgue os itens a seguir.

15. Em um mesmo dia, 8 desses operadores, trabalhando durante 7 horas, carregam mais de 15 navios.

16. Para carregar 18 navios em um único dia, seis desses operadores deverão trabalhar durante mais de 13 horas.

Em uma cidade, 1.000 habitantes foram entrevistados a respeito de suas relações com os bancos A e B. Dos entrevistados, 450 eram correntistas apenas do banco A, 480 eram correntistas do banco B, 720 eram correntistas de apenas um desses bancos e o restante não era correntista de nenhum desses 2 bancos. A respeito dessa pesquisa, julgue os itens abaixo.

17. A probabilidade de um dos entrevistados ser correntista apenas do banco B é inferior a 0,25.

18. A probabilidade de um dos entrevistados não ser correntista de nenhum dos bancos é igual a 0,08.

Acerca da lógica sentencial e proposicional, julgue os itens que seguem.

19. Se uma proposição na estrutura condicional — isto é, na forma $P \rightarrow Q$, em que P e Q são proposições simples — for falsa, então o precedente será, necessariamente, falso.

20. A sentença “É justo que toda a população do país seja penalizada pelos erros de seus dirigentes?” não é uma proposição lógica.

Com relação a conceitos básicos de informática, julgue os itens que se seguem.

21. As intranets utilizam tecnologias da Internet para viabilizar a comunicação entre os empregados de uma empresa, permitindo-lhes compartilhar informações e trabalhar de forma colaborativa.

22. A Internet pode ser dividida em intranet, restrita aos serviços disponibilizados na rede interna de uma organização, e extranet, com os demais serviços (exemplo: redes sociais e sítios de outras organizações).

23. URL (uniform resource locator) é um endereço virtual utilizado na Web que pode estar associado a um sítio, um computador ou um arquivo.

24. A Internet foi projetada para ser altamente tolerante a falhas, continuando a transmitir o tráfego mesmo no caso de ocorrer ataques nucleares em várias partes da rede de computadores.

Com relação a sistemas operacionais e ferramentas de edição de texto e planilhas, julgue os itens a seguir.

25. Programas e arquivos que estejam abertos e em uso no ambiente Windows podem ser acessados pelo Painel de controle, que é uma barra horizontal localizada na parte inferior da tela.

26. O Windows disponibiliza recursos que permitem selecionar simultaneamente vários arquivos de mesma extensão e executar operações comuns envolvendo esses arquivos, como, por exemplo, excluir e imprimir.

27. No MS Word, a atribuição de estilos a títulos de seções do documento em edição permite a geração automática e padronizada de numeração e formatação.

28. No Word, para que as orientações das páginas do documento se alternem entre retrato e paisagem, é necessário haver quebras de seções entre cada mudança de orientação.

29. No Excel, o uso de referências absolutas com auxílio do sinal \$ (cifrão) garante que uma fórmula não seja alterada quando for copiada.

Acerca de proteção e segurança da informação, julgue o seguinte item.

30. No acesso a uma página web que contenha o código de um vírus de script, pode ocorrer a execução automática desse vírus, conforme as configurações do navegador.

Espaço livre

Conhecimentos Específicos

Acerca de direitos e garantias fundamentais, julgue os itens a seguir.

31. Embora as notícias falsas que circulam na Internet (fake news) prejudiquem o acesso à informação, a liberdade de expressão e de comunicação é direito humano absoluto, portanto imune a qualquer forma de regulação.

32. A honra e a imagem das pessoas são invioláveis, sendo assegurado o direito de reparação por dano material ou moral em caso de violação.

33. Embora a Constituição Federal de 1988 preveja expressamente não distinção entre brasileiros, o próprio constituinte estabeleceu, no texto constitucional, hipóteses de tratamentos distintos entre homens e mulheres.

Acerca dos direitos políticos e da nacionalidade, julgue os itens que se seguem.

34. De acordo com o direito brasileiro, além de ter nascido em solo brasileiro, o cidadão deve ter pai ou mãe brasileiros para a aquisição de nacionalidade.

35. Os analfabetos não podem registrar-se como eleitores.

A respeito do Poder Executivo, julgue o seguinte item.

36. O presidente da República possui atribuições de chefe de Estado e de chefe de governo. Como chefe de governo, representa a República Federativa do Brasil nas relações internacionais.

Julgue os itens abaixo, a respeito da segurança pública.

37. As infrações penais militares cometidas por policiais militares de um estado devem ser apuradas pela polícia civil desse estado.

38. Compete à Polícia Federal exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

Julgue os próximos itens, com base na Lei n.º 8.112/1990.

39. Além de ser uma violação ética, a inassiduidade habitual é uma conduta passível de suspensão por até noventa dias.

40. É dever dos servidores públicos atender ao público com presteza, disponibilizando todas as informações por ele requeridas.

41. Não há vedação para que servidor público que esteja em gozo de licença para tratar de interesse particular participe da gerência ou administração de sociedade privada.

Acerca de poderes administrativos, julgue os itens subsequentes.

42. Em decorrência do poder hierárquico, é lícita a avocação por órgão superior, em caráter ordinário e por tempo indeterminado, de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

43. Configura abuso do poder regulamentar a edição de regulamento por chefe do Poder Executivo dispondo obrigações diversas das contidas em lei regulamentada, ainda que sejam obrigações derivadas.

Julgue o item que segue, referente a licitação no âmbito da administração pública.

44. O leilão é modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração.

Julgue os itens seguintes, acerca da responsabilidade civil do Estado.

45. A administração somente responde pelos atos que seus agentes causarem com culpa.

46. A responsabilidade civil da pessoa jurídica de direito público pelos atos causados por seus agentes é objetiva, enquanto a responsabilidade civil dos agentes públicos é subjetiva.

Com relação ao tempo e ao lugar do crime e à aplicação da lei penal no tempo, julgue os itens seguintes.

47. A superveniência de lei penal mais gravosa que a anterior não impede que a nova lei se aplique aos crimes continuados ou ao crime permanente, caso o início da vigência da referida lei seja anterior à cessação da continuidade ou da permanência.

48. No ordenamento jurídico brasileiro, é adotada a teoria da ubiquidade quando se fala do tempo do crime, ou seja, o crime é considerado praticado no momento da ação ou da omissão.

49. **Situação hipotética:** Um crime foi praticado durante a vigência de lei que cominava pena de multa

para essa conduta. Todavia, no decorrer do processo criminal, entrou em vigor nova lei, que, revogando a anterior, passou a atribuir ao referido crime a pena privativa de liberdade. **Assertiva:** Nessa situação, dever-se-á aplicar a lei vigente ao tempo da prática do crime.

50. Aplica-se a lei penal brasileira a crimes cometidos dentro de navio que esteja a serviço do governo brasileiro, ainda que a embarcação esteja ancorada em território estrangeiro.

Julgue os itens seguintes, acerca do fato típico e de seus elementos.

51. São elementos do fato típico culposo: conduta, resultado involuntário, nexos causal, tipicidade, ausência de previsão, quebra do dever de cuidado objetivo por meio da imprudência, negligência ou imperícia e previsibilidade subjetiva.

52. Aquele que for fisicamente coagido, de forma irresistível, a praticar uma infração penal cometerá fato típico e ilícito, porém não culpável.

No que concerne os crimes contra o patrimônio e os crimes contra a administração pública, julgue os itens a seguir.

53. Se o agente é primário e a coisa furtada é de pequeno valor, há furto privilegiado, caso em que o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuir a pena de um a dois terços ou aplicar somente a pena de multa.

54. Comete crime contra o patrimônio quem deixa de recolher contribuições devidas à previdência social que tenham integrado despesas contábeis ou custos relativos à venda de produtos ou à prestação de serviços.

55. Pratica crime de peculato-desvio o funcionário público que recebe dinheiro de particular, destinado ao Estado, e, sem autorização legal, aplica-o na própria repartição pública, para melhoria do serviço público.

56. A única diferença existente entre os crimes de concussão e de corrupção passiva é que, no primeiro, o agente exige, enquanto, no segundo, o agente solicita ou recebe vantagem indevida, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela.

Com relação à aplicação e à eficácia temporal da lei processual penal, julgue os itens subsequentes.

57. O Código de Processo Penal será aplicado a todas as ações penais e correlatas que tiverem curso no território nacional, nelas incluídas as destinadas a apurar crime de responsabilidade cometido pelo presidente da República.

58. Uma nova norma processual penal terá aplicação imediata somente aos fatos criminosos ocorridos após o início de sua vigência.

59. Em relação à aplicação da lei processual penal no espaço, vigora o princípio da territorialidade.

Considerando as normas referentes ao inquérito policial, julgue os itens a seguir.

60. De acordo com o CPP, qualquer pessoa do povo, ao tomar conhecimento da prática de atos delituosos, deverá comunicá-los à autoridade policial, seja verbalmente, seja por via formal.

61. Como o inquérito policial é peça dispensável ao oferecimento da denúncia, o MP pode, mesmo sem o inquérito, oferecer a denúncia, desde que entenda que há indícios mínimos de autoria e de materialidade de fatos supostamente criminosos. Todavia, uma vez instaurado o inquérito, o MP não pode oferecer a denúncia sem o relatório final da autoridade policial.

62. Denúncia anônima sobre fato grave de necessária repressão imediata é suficiente para embasar, por si só, a instauração de inquérito policial para rápida formulação de pedido de quebra de sigilo e de interceptação telefônica.

63. O inquérito deverá terminar no prazo de dez dias caso o indiciado tiver sido preso em flagrante ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão. Se o indiciado estiver solto mediante fiança ou sem ela, o prazo será de trinta dias.

A respeito de ação penal, espécies e cominação de penas, julgue os itens a seguir.

64. Em se tratando de crimes sujeitos a ação penal pública condicionada, a representação do ofendido é irretratável depois de oferecida a denúncia.

65. O princípio da indisponibilidade da ação penal é aplicável nas ações penais de iniciativa pública e privada.

Acerca da liberdade provisória, julgue o item a seguir.

66. A liberdade provisória deverá ser concedida sempre que o juiz verificar a ausência de quaisquer das

hipóteses previstas em lei para a decretação da prisão preventiva.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), julgue os itens abaixo.

67. Na DUDH, encontram-se normas que consubstanciam, além de direitos e garantias individuais, direitos sociais do homem.

68. Ao prever que ninguém pode ser arbitrariamente privado de sua propriedade, a DUDH pretende declarar que o direito de propriedade não pode ser limitado, uma vez que todo direito humano é absoluto.

Julgue os seguintes itens, com base no que dispõem as regras mínimas para o tratamento das pessoas presas, estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

69. Os presos poderão ser utilizados em serviços que lhe sejam atribuídos em consequência de medidas disciplinares.

70. Poderão ser usadas algemas, como precaução contra fuga durante uma transferência de preso, desde que sejam retiradas quando este comparecer perante uma autoridade judicial ou administrativa.

Em relação ao disposto na Lei n.º 12.850/2013, que trata de crime organizado, julgue os itens a seguir.

71. Nos termos dessa lei, organização criminosa é a associação de, no mínimo, quatro pessoas com estrutura ordenada e divisão de tarefas, com estabilidade e permanência. A ausência da estabilidade ou da permanência caracteriza o concurso eventual de agentes, dotado de natureza passageira.

72. A infiltração de agentes de polícia em tarefa de investigação deve ser pautada pelo princípio constitucional da adequação, pelo que será averiguado se o meio é adequado para se atingir o fim pretendido.

No que se refere aos crimes de lavagem de dinheiro, julgue os itens subsecutivos com base no direito processual penal.

73. Na hipótese de condenação por delito de lavagem de dinheiro, a determinação judicial de inutilização ou doação dos instrumentos do crime independe do valor econômico desses instrumentos.

74. O crime de lavagem de capitais ou ocultação de bens, direitos e valores não é admitido na modalidade tentada.

A respeito da Lei de Crimes de Tortura (Lei n.º 9.455/1997), julgue os próximos itens.

75. Pratica crime de tortura o agente que expõe a perigo a saúde de pessoa sob sua autoridade, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, sujeitando-a a trabalho excessivo ou abusando de meios de correção ou disciplina.

76. O agente penitenciário que detém a guarda de um sentenciado e, como forma de aplicar-lhe um castigo, o ameaça de morte e o submete a intenso sofrimento físico com o emprego de choques elétricos e submersão em água para asfixia parcial, causando-lhe lesões corporais simples, responde pelo crime de tortura, que absorve os de ameaça e de lesões corporais.

Julgue os itens que se seguem, relativos ao abuso de autoridade.

77. Eventual ato de delegado da PF de impedir advogado de assistir seu cliente em interrogatório configuraria crime de abuso de autoridade.

78. O particular que atuar em coautoria ou participação com uma autoridade pública no cometimento de crime de abuso de autoridade não responderá por esse crime porque não é agente público.

Julgue os itens com base na Lei n.º 11.343/2006.

79. As plantações ilícitas serão imediatamente destruídas pelo delegado de polícia, que recolherá quantidade suficiente para exame pericial.

80. Condenação anterior por delito de porte de substância entorpecente para consumo próprio não faz incidir a circunstância agravante relativa à reincidência, ainda que não tenham decorrido cinco anos entre a condenação e a infração penal posterior.

Espaço livre

Conhecimentos Complementares

Julgue os itens que se seguem, relativos à Lei de Execução Penal.

81. Preso provisório não pode ser submetido ao regime disciplinar diferenciado.

82. A prática de falta grave pelo apenado, no curso da execução penal, acarreta a perda da totalidade dos dias remidos com trabalho, recomeçando-se a contagem a partir da data da infração disciplinar.

83. O preso provisório ou condenado a pena privativa de liberdade é obrigado a trabalhar e, pelo trabalho realizado, deve ser remunerado com valor que não pode ser inferior a um salário mínimo.

84. Ao serviço de assistência social cabe promover a recreação no estabelecimento prisional e providenciar a obtenção de documentos dos presos assim como os benefícios da previdência social a que essas pessoas tiverem direito.

85. De acordo com a LEP, são considerados egressos tanto o liberado definitivo, pelo prazo de um ano a contar da data de saída do estabelecimento prisional, quanto o liberado condicional, durante o período de prova.

86. Situação hipotética: Um sentenciado, no decorrer da execução de sua pena privativa de liberdade em regime semiaberto, foi punido por falta grave devidamente apurada em procedimento próprio. **Assertiva:** Nessa situação, o preso perderá o direito ao tempo remido já computado, de modo que o novo período de cômputo começará a partir da data da infração disciplinar.

87. O tempo remido deverá ser computado como pena cumprida, independentemente da natureza do crime cometido, o que beneficia também os apenados pela prática de crimes hediondos e crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa.

88. O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária deve ser integrado por quinze membros, designados por ato do Ministério Público, escolhidos entre professores e profissionais da área do direito penal, processual penal e penitenciário e entre representantes da comunidade e dos ministérios da área social.

89. As pessoas recolhidas aos estabelecimentos penais federais e os servidores públicos federais que trabalham nesses estabelecimentos sujeitam-se ao regime disciplinar da União.

90. Considera-se egresso para efeitos da Lei de Execução Penal o liberado definitivo, pelo prazo de um ano a contar da saída do estabelecimento no qual estava recolhido, e o que estiver cumprindo livramento condicional, durante o período da prova.

91. A Penitenciária destina-se ao condenado à pena de reclusão, cumpri-la nos regimes fechado e semiaberto, sendo vedado expressamente para o cumprimento do regime aberto.

92. São considerados órgãos da execução penal, segundo a Lei n. 7.210/84, o Patronato, o Conselho da Comunidade e a Defensoria Pública.

93. A pedido da defensoria pública, o MP pode autorizar a saída temporária de um detento do estabelecimento penal, uma vez que, no exercício da fiscalização penitenciária, o MP realiza o controle da regularidade formal das guias de recolhimento e de internamento.

94. Ao Conselho Penitenciário incumbe propor diretrizes da política criminal relativas à prevenção de delito, administração da justiça criminal e execução das penas e das medidas de segurança, bem como estabelecer os critérios para a elaboração da estatística criminal.

95. Durante a execução da pena privativa de liberdade, em caso de saída temporária, prisão domiciliar e livramento condicional, o juiz poderá determinar a fiscalização por meio de monitoração eletrônica

96. Presos condenados e presos provisórios devem ser alojados em alas separadas e não podem manter contato.

97. De acordo com a lei de execução penal o poder disciplinar, na execução da pena privativa de liberdade, será exercido pela autoridade judicial.

98. Os condenados serão classificados, na sua totalidade, segundo os seus antecedentes, personalidade e culpabilidade, para orientar a individualização da execução penal.

99. Lauro cumpre pena restritiva de liberdade em regime fechado. Nessa situação, Lauro pode negar-se a trabalhar dentro da penitenciária porque a Constituição da República veda a pena de trabalhos forçados.

100. A concessão de regalias é modalidade de recompensa e visa reconhecer o bom comportamento do condenado, sua colaboração com a disciplina e sua dedicação ao trabalho.

A respeito da Lei nº 13.675/2018 (Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social – PNSPDS), julgue os seguintes itens.

101. Publicidade das informações não sigilosas é um princípio da PNSPDS.

102. O fortalecimento das ações de prevenção e resolução pacífica de conflitos, priorizando políticas de redução da letalidade violenta, com ênfase para os grupos vulneráveis é uma diretriz da PNSPDS.

103. A PNSPDS será implementada por estratégias que garantam integração, coordenação e cooperação federativa, interoperabilidade, liderança situacional, modernização da gestão das instituições de segurança pública, valorização e proteção dos profissionais, complementaridade, dotação de recursos humanos, diagnóstico dos problemas a serem enfrentados, excelência técnica, avaliação continuada dos resultados e garantia da regularidade orçamentária para execução de planos e programas de segurança pública.

Considere a Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública, julgue os itens a seguir.

104. É legítimo o uso de armas de fogo contra pessoa em fuga, ainda que esta esteja desarmada.

105. O fato de um veículo desrespeitar bloqueio policial em via pública torna, independentemente de qualquer outra circunstância, legítimo o uso de armas de fogo contra o tal veículo.

106. Os chamados “disparos de advertência” não são considerados prática aceitável, em razão da imprevisibilidade de seus efeitos.

Sobre a Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP), julgue os seguintes itens.

107. A FTIP contará com uma Coordenação Institucional que ficará responsável pelo planejamento, articulação, gestão e ação.

108. Compete à FTIP as atividades de inteligência de segurança privada que tenham relação com o sistema prisional.

109. As Secretarias Estaduais responsáveis pela gestão prisional poderão subdelegar à Coordenação Institucional a gestão da unidade prisional objeto da intervenção, pelo período em que perdurar a ação.

Sobre a Portaria MJSP nº 18/2020, julgue o item a seguir.

110. A DNAISP apresenta a metodologia de aplicabilidade nos ciclos de planejamento, execução, monitoramento, avaliação e consolidação para as operações integradas de segurança pública e defesa social, realizadas entre os órgãos de segurança pública.

Considerando o que conceitua a Lei nº 11.671/2008, julgue os itens que se seguem.

111. A assistência jurídica ao preso em cumprimento de pena privativa de liberdade em estabelecimentos federais de segurança máxima, de regra, é responsabilidade da respectiva defensoria pública estadual.

112. A prática de crime que coloque em risco a sua integridade física no ambiente prisional de origem, caracteriza motivo que justifica a transferência do preso para estabelecimento penal de segurança máxima.

Acerca do o Manual das Assistências do Sistema Penitenciário Federal, julgue os itens abaixo.

113. A assistência material compreende a oferta de alimentação, vestuário, roupas de cama, material de higiene pessoal e da cela, e outras porventura necessárias.

114. A alimentação ao preso consiste no desjejum, lanche da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar e lanche da noite, atendendo a critérios nutricionais especialmente definidos para a manutenção da sua saúde.

115. A assistência à saúde, prestada de forma individualizada e em estrito cumprimento aos preceitos legais e éticos, tem caráter integral e compreende ações de promoção, prevenção, cura e reabilitação, envolvendo atendimento de clínica médica e psiquiátrica, odontológico, farmacêutico, psicológico, social, de enfermagem e de terapia ocupacional.

Levando em conta os aspectos da Carreira de Agente Penitenciário Federal, julgue os seguintes itens.

116. Compete aos ocupantes do cargo de Agente Federal de Execução Penal o exercício das atividades de atendimento, vigilância, custódia, guarda, assistência e orientação de pessoas recolhidas aos estabelecimentos penais federais e das atividades de natureza técnica, administrativa e de apoio a elas relacionadas.

117. ingresso na Carreira de Agente Penitenciário Federal dar-se-á na classe especial, mediante aprovação em concurso público específico de provas, exigindo-se certificado de conclusão do ensino médio para acesso ao cargo efetivo que integra.

De acordo com a Lei nº 11.473/2007, julgue os itens a seguir.

118. O servidor civil vitimado durante as atividades de cooperação federativa fará jus, no caso de invalidez incapacitante para o trabalho, à indenização no valor de R\$ 100.000,00, e seus dependentes, ao mesmo valor, no caso de morte.

119. A União, por intermédio da Secretaria de Governo, poderá colocar à disposição dos estados, em caráter emergencial e provisório, servidores públicos federais para execução do convênio de cooperação federativa.

120. Serão computadas, para efeito de adicional de férias, as diárias concedidas aos servidores militares dos estados que participarem de atividades desenvolvidas em decorrência de convênio de cooperação.

Espaço livre

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **Folha de Texto Definitivo**, a presença de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da sua prova discursiva.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **13,00 pontos**, dos quais até **0,60 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

Muitas pessoas discutem o assunto da seletividade penal, afirmando que essa história de que a maior parte das pessoas que são presas é composta de negros e pobres é mentira e que não podemos afirmar que os nossos policiais e a nossa Justiça sejam preconceituosos. Mas será que a seletividade penal mais ocorre no momento da abordagem policial e no julgamento do processo criminal ou o momento mais seletivo é o da elaboração da nossa legislação criminal? Ao meu sentir, o problema maior está na elaboração da legislação, a qual "obriga" os policiais a abordarem um determinado grupo de pessoas e a Justiça a processar e, eventualmente, condenar. Se realmente é verdade que temos mais pessoas "pobres" e "pretas" presas, qual seria o real motivo disso? O motivo está nas sanções atribuídas aos crimes [...].

Ganem, Pedro Magalhães. **Como explicar a seletividade penal?**
JUSBRASIL, 2015. Internet: <www.pedromaganem.jusbrasil.com.br>

Considerando que as informações precedentes têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do seguinte tema:

A SELETIVIDADE PENAL NO BRASIL

Rascunho

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

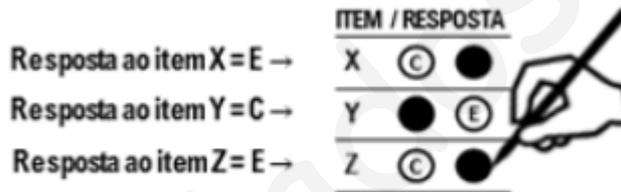
FOLHA DE RESPOSTAS

INSTRUÇÕES

- Verifique os seus dados pessoais, inseridos no cabeçalho constante do topo desta página.
- Não é permitida marca identificadora nesta FOLHA DE RESPOSTAS.
- Marque as suas respostas nesta FOLHA DE RESPOSTAS, nos campos apropriados, conforme o EXEMPLO DE PREENCHIMENTO.
- A FOLHA DE RESPOSTAS é o único documento que será utilizado para a correção eletrônica de sua(s) prova(s) objetiva(s) Não amasse, não dobre nem rasure sua FOLHA DE RESPOSTAS. As marcações na FOLHA DE RESPOSTAS só podem ser feitas com caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente. Não será permitido o uso de lápis (grafite), marca-texto e(ou) borracha.
- Em nenhuma hipótese haverá substituição desta FOLHA DE RESPOSTAS por erro de preenchimento do(a) candidato(a).

EXEMPLO DE PREENCHIMENTO

- Preencha os círculos completamente e com nitidez, utilizando caneta Esferográfica de tinta preta.
- As marcações das respostas deverão ser feitas conforme ilustração.



| ITEM/RESPOSTA |
|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| 1 C E | 16 C E | 31 C E | 46 C E | 61 C E | 76 C E | 91 C E | 106 C E |
| 2 C E | 17 C E | 32 C E | 47 C E | 62 C E | 77 C E | 92 C E | 107 C E |
| 3 C E | 18 C E | 33 C E | 48 C E | 63 C E | 78 C E | 93 C E | 108 C E |
| 4 C E | 19 C E | 34 C E | 49 C E | 64 C E | 79 C E | 94 C E | 109 C E |
| 5 C E | 20 C E | 35 C E | 50 C E | 65 C E | 80 C E | 95 C E | 110 C E |
| 6 C E | 21 C E | 36 C E | 51 C E | 66 C E | 81 C E | 96 C E | 111 C E |
| 7 C E | 22 C E | 37 C E | 52 C E | 67 C E | 82 C E | 97 C E | 112 C E |
| 8 C E | 23 C E | 38 C E | 53 C E | 68 C E | 83 C E | 98 C E | 113 C E |
| 9 C E | 24 C E | 39 C E | 54 C E | 69 C E | 84 C E | 99 C E | 114 C E |
| 10 C E | 25 C E | 40 C E | 55 C E | 70 C E | 85 C E | 100 C E | 115 C E |
| 11 C E | 26 C E | 41 C E | 56 C E | 71 C E | 86 C E | 101 C E | 116 C E |
| 12 C E | 27 C E | 42 C E | 57 C E | 72 C E | 87 C E | 102 C E | 117 C E |
| 13 C E | 28 C E | 43 C E | 58 C E | 73 C E | 88 C E | 103 C E | 118 C E |
| 14 C E | 29 C E | 44 C E | 59 C E | 74 C E | 89 C E | 104 C E | 119 C E |
| 15 C E | 30 C E | 45 C E | 30 C E | 75 C E | 90 C E | 105 C E | 120 C E |

Cargo: AGENTE FEDERAL DE EXECUÇÃO PENAL

GABARITO

Item	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito	C	E	C	E	E	E	E	E	C	C	E	C	E	E	E	E	E	E	E	C
Item	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Gabarito	C	E	C	C	E	C	C	C	C	C	E	C	C	E	E	E	E	C	E	E
Item	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
Gabarito	C	E	E	E	E	C	C	E	C	C	E	E	C	C	C	E	E	E	C	E
Item	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
Gabarito	E	E	C	C	E	C	C	E	E	C	C	E	E	E	E	C	C	E	C	C
Item	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
Gabarito	E	E	E	C	C	E	C	E	C	C	E	C	E	E	E	C	E	E	E	C
Item	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120
Gabarito	C	C	C	E	E	C	C	E	C	C	E	C	C	E	C	C	E	C	E	E

MODELO DE REDAÇÃO

Segundo a teoria do filósofo Thomas Hobbes, é necessário haver um acordo em que o governo garanta a segurança do povo e iniba um convívio caótico na sociedade. Entretanto, na estrutura social vigente a culpa do caos incide sobre determinada parcela da população, isentando os demais, o que causa um desequilíbrio no princípio isonômico ao implementar uma seletividade penal no sistema carcerário brasileiro. Logo, é interessante que esse quadro seja revertido para que os ideais igualitários da Constituição de 1988 sejam concretizados.

Em primeira análise, vale notar que o preconceito enraizado no Brasil contribui para essa seleção penal, visto que grande parte dos presidiários é composta por negros e pobres, geralmente homens, de acordo com o Ministério da Justiça. Tal fato é refletido nos inúmeros casos em que agentes de segurança reprimem civis os acusando de crimes sem, por vezes, haver sequer evidências, mas apenas por associarem uma classe mais baixa da sociedade ao mundo dos crimes. Dessa forma, não é incomum perceber a discrepância social oriunda da discriminação dentro das penitenciárias.

Convém pontuar, ainda, que o senso de justiça do governo é falho, haja vista que, como retratado na situação de Fabiano, personagem da obra "Vidas Secas", de Graciliano Ramos, a punição para indivíduos discriminados é certa e severa, enquanto para outros é flexível, já que basta um pagamento de fiança para que sejam livres. Isso faz com que muitos que deveriam ser condenados - mas não são, por "privilégio" da renda ou cor - voltem à sociedade sem se reabilitar e retornem à prática de crimes, ao passo que o peso do fardo criminal continua carregado apenas pela minoria social afetada pela desigualdade.

Dessarte, é crucial que medidas sejam efetivadas para que a seletividade penal seja erradicada no Brasil. Primeiramente, é crucial que o Ministério da Educação insira na grade curricular de estudos uma área para desenvolvimento do respeito ao próximo, a fim de evitar possíveis futuros atos preconceituosos. Ademais, compete ao Governo Federal decretar projetos de leis no contexto judiciário que visem condições igualitárias a toda sociedade, como o cumprimento mínimo de encarceramento a qualquer cidadão, independentemente de condições socioeconômicas, de modo que sua reabilitação ocorra efetivamente. Assim, o contrato de Hobbes, em conjunto com a justiça, igualdade e com os direitos humanos como base da estrutura social, levará o Brasil ao progresso.